



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Concurso Público

017. PROVA OBJETIVA

ANALISTA JUDICIÁRIO

(Área/Especialidade: Engenharia do Trabalho)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 70 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Redija o texto definitivo com caneta de tinta azul, preferencialmente, ou preta, na folha de redação. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida a metade do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **05**.

O tempo dirá se o Marco Civil da internet é bom ou ruim

Foi aprovado o Marco Civil da internet: aquilo a que chamam de “Constituição da internet” e que será capaz de afetar diretamente a vida de milhões de usuários que já não usam mais a internet apenas para se divertir, mas para trabalhar.

O Marco Civil garantirá a neutralidade da rede, segundo a qual todo o conteúdo que trafega pela internet será tratado de forma igual. As empresas de telecomunicações que fornecem acesso poderão continuar vendendo velocidades diferentes. Mas terão de oferecer a conexão contratada independentemente do conteúdo acessado pelo internauta e não poderão vender pacotes restritos.

O Marco Civil garante a inviolabilidade e o sigilo das comunicações. O conteúdo poderá ser acessado apenas mediante ordem judicial. Na prática, as conversas via Skype e as mensagens salvas na conta de *e-mail* não poderão ser violadas, a menos que o Judiciário determine.

Excluiu-se do texto aprovado um artigo que obrigava empresas estrangeiras a instalar no Brasil seus *datacenters* (centros de dados para armazenamento de informações). Por outro lado, o projeto aprovado reforçou dispositivo que determina o cumprimento das leis brasileiras por parte de companhias internacionais, mesmo que não estejam instaladas no Brasil.

Ressalte-se ainda que a exclusão de conteúdo só poderá ser ordenada pela Justiça. Assim, não ficará mais a cargo dos provedores a decisão de manter ou remover informações e notícias polêmicas. Portanto, o usuário que se sentir ofendido por algum conteúdo no ambiente virtual terá de procurar a Justiça, e não as empresas que disponibilizam os dados.

Este é o Marco Civil que temos. Se é o que pretendíamos ter, o tempo vai mostrar. Mas, sem dúvida, será menos pior do que não termos marco civil nenhum.

(O Liberal, Editorial de 24.04.2014. Adaptado)

01. De acordo com o texto, o Marco Civil da internet

- (A) exige que empresas estrangeiras instalem centros de armazenamento de dados e informações no Brasil se quiserem oferecer seus serviços a usuários brasileiros.
- (B) determina quais conteúdos podem ser considerados neutros ou polêmicos, orientando os usuários quanto aos *sites* moralmente idôneos.
- (C) dispõe sobre as relações entre empresas de telecomunicações e usuários da rede e defende o caráter inviolável dos conteúdos circulantes no ambiente virtual.
- (D) garante que órgãos do governo tenham livre acesso a conversas via Skype e a mensagens salvas na conta de *e-mail* dos usuários brasileiros.
- (E) foi criado para impedir que companhias internacionais atuem no mercado brasileiro, instalando seus centros de dados para armazenamento de informações no Brasil.

02. Segundo informações textuais, com o Marco Civil da internet,

- (A) as informações que circulam na rede serão automaticamente excluídas pelo governo, caso sejam polêmicas.
- (B) o usuário da rede ganha o direito de requerer junto às empresas provedoras de dados e serviços a exclusão de conteúdo considerado ofensivo.
- (C) os provedores passam a ser responsáveis pelo conteúdo divulgado e são eles que decidem quando uma informação deve ser excluída.
- (D) as solicitações de exclusão de conteúdo da internet devem ser encaminhadas ao Poder Judiciário.
- (E) as ações dos provedores serão controladas pela Justiça, que autorizará o acréscimo de conteúdos na rede após a certificação de que não são controversos.

03. Conforme opinião expressa no texto, o Marco Civil da internet é

- (A) necessário, embora seja precoce tecer julgamentos a respeito de sua eficácia.
- (B) dispensável, pois as leis tradicionais eram suficientes para tratar do meio virtual.
- (C) ineficaz, uma vez que a maioria dos provedores atende a leis internacionais.
- (D) irretocável, apesar de não ter sido amplamente debatido com a população.
- (E) inconveniente, já que compromete a liberdade de expressão do cidadão.

04. Assinale a alternativa em que a frase do texto permanece correta, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, após o acréscimo das vírgulas.

- (A) As empresas de telecomunicações que fornecem acesso, poderão continuar vendendo, velocidades diferentes.
- (B) Mas terão de oferecer, a conexão contratada independentemente, do conteúdo acessado pelo internauta e não poderão vender pacotes restritos.
- (C) O Marco Civil garante, a inviolabilidade e o sigilo, das comunicações.
- (D) O conteúdo poderá ser acessado apenas, mediante, ordem judicial.
- (E) Ressalte-se, ainda, que a exclusão de conteúdo só poderá ser ordenada pela Justiça.

05. Feitas as adequações necessárias, a reescrita do trecho – O Marco Civil garante a inviolabilidade e o sigilo das comunicações. – permanece correta, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, em:

A inviolabilidade e o sigilo das comunicações...

- (A) ... mantêm-se garantidos pelo Marco Civil.
- (B) ... mantêm-se garantidos pelo Marco Civil.
- (C) ... mantêm-se garantido pelo Marco Civil.
- (D) ... mantêm-se garantidas pelo Marco Civil.
- (E) ... mantêm-se garantidas pelo Marco Civil.

06. Assinale a alternativa que apresenta a frase cuja redação está condizente com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Existe algumas pessoas que questionam o Marco Civil da internet, alegando de que foi aprovado de maneira apressada.
- (B) É importante mencionar de que as empresas de telecomunicações poderão vender velocidades diferentes, mas está proibido a venda de pacotes restritos.
- (C) Os usuários devem estar atentos ao fato de que não haverá distinções no tratamento dos conteúdos que trafegam pela internet.
- (D) Os clientes devem conhecer seus direitos para que este se cumpra, por exemplo: é evidente de que as empresas precisam oferecer a conexão contratada.
- (E) Sempre pode ocorrer falhas técnicas, capaz de comprometer a qualidade dos serviços, mas as empresas devem ter consciência de que essas falhas precisam ser prontamente corrigidas.

Leia o texto para responder às questões de números 07 a 13.

Nossas palavras

Meu amigo lusitano, Diniz, está traduzindo para o francês meus dois primeiros romances, *Os Éguas* e *Moscow*. Temos trocado *e-mails* muito interessantes, por conta de palavras e gírias comuns no meu Pará e absolutamente sem sentido para ele. Às vezes é bem difícil explicar, como na cena em que alguém empina papagaio e corta o adversário “no gasgo”. Não sei se no universo das pipas, lá fora, ocorrem os mesmos e magníficos embates que se verificam aqui, “cortando e aparando” os adversários.

Outra situação: personagens estão jogando uma “pelada” enquanto outros estão “na grade”. Quem está na grade aguarda o desfecho da partida, para jogar contra o vencedor, certamente porque espera fora do campo, demarcado por uma grade. Vai explicar...

E aqueles dois bebedores eméritos que “bebem de testa” até altas horas? Por aqui, beber de testa é quase um embate para saber quem vai desistir primeiro, empilhando as grades de cerveja ao lado da mesa.

Penso que o uso das gírias – palavras bem locais, quase dialeto, que funcionam na melodia do nosso texto – é parte da nossa criatividade, uma qualidade da literatura brasileira. Quanto a mim, uso pouco, aqui e ali, nossas palavras. Procuro ser econômico. Mesmo assim, vou respondendo aos *e-mails*. Ele me diz que, enfim, está tudo pronto.

(Edyr Augusto Proença, <http://blogdaboitempo.com.br>, 26.07.2013. Adaptado)

07. O autor, ao se referir aos *e-mails* trocados com o amigo que está traduzindo seus romances, sugere que a tradução

- (A) necessita que o tradutor também seja escritor, para compreender o processo de criação artística.
- (B) requer acentuada erudição, a fim de se corrigirem os erros característicos do linguajar do povo.
- (C) deve ser realizada por romancistas adeptos do estilo regionalista e usuários de dialetos populares.
- (D) demanda um conhecimento profundo das obras literárias que influenciaram o autor traduzido.
- (E) envolve, além do domínio do idioma, o conhecimento da cultura retratada no texto original.

08. De acordo com o autor, o uso de gírias é

- (A) intenso entre autores populares e, sendo ele um romancista popular, usa muitas gírias em sua obra.
- (B) característico da literatura brasileira, embora não seja muito recorrente em sua própria obra.
- (C) peculiar a autores que escrevem com concisão, o que não é o caso dele, que exagera no emprego das gírias.
- (D) indício de um estilo inusitado e inovador, por isso as gírias locais são frequentes em seus romances.
- (E) restrito a autores paraenses, cuja criatividade com as palavras se destaca no cenário da literatura brasileira.

09. A partir da leitura dos três primeiros parágrafos, é correto concluir que o autor enfoca, em seus romances, situações que, para o leitor paraense, são

- (A) atípicas.
- (B) insólitas.
- (C) exóticas.
- (D) cotidianas.
- (E) anômalas.

10. O termo destacado em – E aqueles dois bebedores **eméritos** que “bebem de testa” até altas horas? – está corretamente interpretado com o sentido de

- (A) ignóbeis.
- (B) experientes.
- (C) abastados.
- (D) falastrões.
- (E) licenciosos.

Leia o trecho do primeiro parágrafo para responder às questões de números **11 a 13**.

Meu amigo lusitano, Diniz, está traduzindo para o francês meus dois primeiros romances, *Os Éguas* e *Moscow*. Temos trocado *e-mails* **muito** interessantes, **por conta de** palavras e gírias comuns no **meu** Pará e absolutamente sem sentido para ele. Às vezes é **bem** difícil explicar, como na cena em que alguém empina papagaio e corta o adversário “no gasgo”.

- 11.** A expressão **por conta de**, em destaque, tem sentido equivalente ao de:
- (A) a despeito de.
 - (B) com o intuito de.
 - (C) em contrapartida a.
 - (D) em detrimento de.
 - (E) em virtude de.
- 12.** O pronome possessivo em – “**meu** Pará” – atribui ao termo **Pará** a ideia de que se trata de um lugar
- (A) adquirido pelo autor.
 - (B) desdenhado pelo autor.
 - (C) estimado pelo autor.
 - (D) subjugado pelo autor.
 - (E) abandonado pelo autor.
- 13.** Os termos **muito** e **bem**, em destaque, atribuem aos termos aos quais se subordinam sentido de
- (A) comparação.
 - (B) intensidade.
 - (C) igualdade.
 - (D) dúvida.
 - (E) quantidade.

Leia o texto para responder às questões de números **14 a 18**.

Palavras voam no vento

A pequena Dora adorava dizer coisas feias. Sim, ela tinha aquele terrível hábito de falar bobagens, xingamentos. Certa manhã, antes de sair para o trabalho, sua mãe disse: “Tu sabias que as palavras voam no vento? Se dizes coisas ruins, o mal sai por aí e se multiplica. Mas se dizes coisas belas... o vento faz com que a bondade se espalhe pelo mundo”. A jovencinha ficou intrigada. Assim que a mãe se foi, decidiu testar a teoria. Encheu o peito e gritou com toda a força: AMOR!!!!...

Uma enorme e fortíssima rajada de vento se fez. Uma borboleta começou a brincar no ar. Dora seguiu o bichinho. Viu quando ele se pôs a dançar ao redor de uma moça. Viu a moça sorrir com a borboleta e começar a dançar como uma bailarina. Seguiu a moça. Viu quando ela, cheia de alegria, mandou beijos para uma andorinha que sobrevoava um jardim. A andorinha, de repente, deu um rasante sobre um canteiro e pegou com seu bico uma delicada flor vermelha. Dora seguiu a andorinha. Viu quando o pássaro deixou a flor cair nas mãos de um rapaz que estava sentando num banco de praça.

O moço, capturado por um imenso contentamento, tomou para si uma folha em branco e escreveu um poema. Dora viu quando o rapaz leu para o vento o poema. E os versos diziam: “Ame, porque o amor significa cantar. Cante, cante, cante. Porque quem canta encanta e sabe melhor amar”. Nossa amiga viu quando uma súbita ventania arrancou o papel da mão do jovem. Dora tentou correr para não perder de vista o escrito. Mas o vento foi mais ágil e o papel se perdeu.

Cansada com toda aquela andança, a menina voltou para casa. Caía a tarde quando sua mãe retornou do trabalho e entregou à filha um presente: um pedaço de papel dobrado em quatro. Disse ela: “Tome, minha filha. É para ti. Eu estava na janela do escritório e o vento me trouxe esse pedaço de papel. Leia... É para ti”. Dora abriu o papel e chorou ao ler o poema que nele estava escrito. Diziam os versos: “Ame, porque o amor significa cantar. Cante, cante, cante. Porque quem canta encanta e sabe melhor amar”.

(Carlos Correia Santos, <http://www.amapadigital.net>. Adaptado)

- 14.** A partir da leitura do texto, é correto concluir que Dora
- (A) se recusa a ouvir os conselhos de sua mãe e vai à rua para testar se as palavras alteram os fatos.
 - (B) descobre que sua mãe estava iludida ao crer que as palavras podem influenciar os acontecimentos.
 - (C) deixa de “dizer coisas feias” após ver o impacto de uma palavra com sentido pejorativo sobre o real.
 - (D) passa a dar mais valor às palavras ao ler um belo poema escrito por sua mãe.
 - (E) aprende, na prática, que o ensinamento de sua mãe acerca do poder das palavras estava correto.

15. É correto afirmar que o segundo parágrafo apresenta ações que se sucedem em uma relação de
- contradição e finalidade.
 - comparação e oposição.
 - causa e efeito.
 - proporção e retificação.
 - alternância e equivalência.

16. A palavra que está empregada com sentido figurado no contexto está destacada em:
- Certa manhã, antes de **sair** para o trabalho, sua mãe disse... (primeiro parágrafo)
 - Tu sabias que as palavras **voam** no vento? (primeiro parágrafo)
 - ... tomou para si uma folha em branco e **escreveu** um poema. (terceiro parágrafo)
 - Cansada com toda aquela andança, a menina **voltou** para casa. (quarto parágrafo)
 - ... sua mãe retornou do trabalho e **entregou** à filha um presente... (quarto parágrafo)

17. Assinale a alternativa em que a seguinte passagem – Mas o vento foi mais ágil e o papel se perdeu. (terceiro parágrafo) – está reescrita com o acréscimo de um termo que estabelece uma relação de conclusão, consequência, entre as orações.
- Mas o vento foi mais ágil e, **contudo**, o papel se perdeu.
 - Mas o vento foi mais ágil e, **assim**, o papel se perdeu.
 - Mas o vento foi mais ágil e, **todavia**, o papel se perdeu.
 - Mas o vento foi mais ágil e, **entretanto**, o papel se perdeu.
 - Mas o vento foi mais ágil e, **porém**, o papel se perdeu.

18. Considere as seguintes passagens do texto.

- [Viu **a moça** sorrir] com a borboleta e começar a dançar como uma bailarina.
- Viu quando ela, cheia de alegria, mandou beijos para uma andorinha [que sobrevoava **um jardim**].
- Caía a tarde quando sua mãe retornou do trabalho e [entregou **à filha** um presente]...

Assinale a alternativa que apresenta os trechos entre colchetes correta e respectivamente reescritos, com as expressões em negrito substituídas por pronomes, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa no que se refere ao uso e à colocação pronominal.

- Viu-**a** sorrir ... que **o** sobrevoava ... entregou-**lhe** um presente
- A** viu sorrir ... que sobrevoava-**o** ... entregou-**lhe** um presente
- Viu-**lhe** sorrir ... que sobrevoava-**lhe** ... entregou-**lhe** um presente
- Viu-**a** sorrir ... que **lhe** sobrevoava ... entregou-**a** um presente
- Lhe** viu sorrir ... que sobrevoava-**lhe** ... entregou-**a** um presente

19.



(Chris Browne, *Folha de S. Paulo*, 08.12.2013. Adaptado)

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, considerando que o termo que preenche a terceira lacuna é empregado para indicar que um evento está prestes a acontecer.

- anúncio ... a ... iminente
- anuncio ... à ... iminente
- anúncio ... à ... iminente
- anúncio ... a ... eminente
- anuncio ... à ... eminente

20. Leia o seguinte fragmento de um ofício, citado do *Manual de Redação da Presidência da República*, no qual expressões foram substituídas por lacunas.

Senhor Deputado

Em complemento às informações transmitidas pelo telegrama n.º 154, de 24 de abril último, informo _____ de que as medidas mencionadas em _____ carta n.º 6708, dirigida ao Senhor Presidente da República, estão amparadas pelo procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas instituído pelo Decreto n.º 22, de 4 de fevereiro de 1991 (cópia anexa).

(<http://www.planalto.gov.br>. Adaptado)

A alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa e atendendo às orientações oficiais a respeito do uso de formas de tratamento em correspondências públicas, é:

- Vossa Senhoria ... tua
- Vossa Magnificência ... sua
- Vossa Eminência ... vossa
- Vossa Excelência ... sua
- Sua Senhoria ... vossa

REGIMENTO INTERNO

21. Prevê o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Pará que o Tribunal Pleno
- (A) realizará oito sessões ordinárias por mês, apreciando tanto as questões administrativas quanto os julgamentos.
 - (B) poderá ser convocado extraordinariamente por edital, expedido pelo respectivo Presidente, com vinte e quatro horas de antecedência.
 - (C) funcionará com dois terços (2/3) de seus membros, ou com a maioria absoluta, conforme o caso, sendo substituídos os Desembargadores, impedidos ou licenciados.
 - (D) será instalado, em sessão solene, no primeiro dia útil do mês de janeiro e tomará o compromisso e dará posse ao novo Presidente.
 - (E) funcionará nas segundas e quartas-feiras, iniciando os trabalhos pela leitura do relatório de ocorrências.
22. A respeito das audiências e sessões, dispõe o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Pará que
- (A) o resumo das decisões tomadas será publicado, dispensando-se a lavratura de ata.
 - (B) a sessão ou audiência será suspensa se a parte se portar inconvenientemente, a fim de manter a disciplina dos trabalhos.
 - (C) ausentes os advogados das partes, será excluído da pauta o processo correspondente, designando-se nova data para a audiência ou sessão.
 - (D) as audiências serão públicas, salvo nos casos previstos em lei ou quando o interesse da Justiça determinar o contrário.
 - (E) ao Relator do processo em julgamento caberá manter a disciplina dos trabalhos com os poderes previstos nas leis processuais e no próprio Regimento.

REGIME JURÍDICO ÚNICO

23. A respeito da posse, prevê o Regime Jurídico Único (Lei n.º 5.810/94) que
- (A) a posse ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do ato de provimento no Diário Oficial do Estado.
 - (B) o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio até 30 (trinta) dias após a posse.
 - (C) a quitação com as obrigações eleitorais e militares é um dos requisitos para a posse em cargo público.
 - (D) se a posse não se concretizar dentro do prazo, o ato de provimento ficará suspenso por até, no máximo, 5 (cinco) anos.
 - (E) a posse deve ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, não tendo o interessado direito à renúncia da posse.

24. Em relação aos adicionais previstos pelo Regime Jurídico Único (Lei n.º 5.810/94), é correto afirmar que
- (A) os adicionais de insalubridade, periculosidade, ou pelo exercício em condições penosas são inacumuláveis.
 - (B) o adicional por tempo de serviço será devido por quadriênios de efetivo exercício, até o máximo de 16 (dezesesseis).
 - (C) não cabe pagamento de adicional pelo exercício de cargo em comissão ou função gratificada.
 - (D) o adicional de insalubridade que for pago por 5 (cinco) anos consecutivos será incorporado aos vencimentos.
 - (E) para fins de adicional por trabalho noturno, será assim considerado aquele prestado no horário entre 23 (vinte e três) horas de um dia e 6 (seis) horas do dia seguinte.
25. No que diz respeito à seguridade social, o Regime Jurídico Único (Lei n.º 5.810/94) prevê que
- (A) os planos de previdência estaduais não cobrirão o evento reclusão.
 - (B) a contribuição previdenciária incidirá somente sobre o vencimento base do servidor.
 - (C) ela será fundada totalmente nas contribuições dos servidores.
 - (D) um de seus objetivos é a irredutibilidade do valor dos benefícios.
 - (E) será assegurado ao servidor o direito à saúde, não alcançando seus dependentes.
26. A responsabilidade civil do servidor público, no âmbito do Regime Jurídico Único,
- (A) não se estende aos sucessores do servidor público que venha a falecer no curso do processo administrativo ou judicial.
 - (B) por dano causado a terceiros, determina que ele responda perante a Fazenda Pública, independentemente de culpa.
 - (C) determina que as sanções civis, penais e administrativas não poderão ser cumuladas.
 - (D) considera que absolvição judicial, afastando a autoria do servidor, não repercute na esfera administrativa.
 - (E) decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
27. Maria, servidora pública do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, faltou de forma injustificada, no ano de 2013, 6 (seis) vezes no mês de janeiro, 10 (dez) vezes no mês de março, 8 (oito) vezes no mês de maio, 15 (quinze) vezes no mês de julho, 10 (dez) vezes no mês de agosto e 15 (quinze) dias no mês de outubro. Nos termos do Regime Jurídico Único (Lei n.º 5.810/94), deverá ser aplicada a Maria a pena de
- (A) suspensão.
 - (B) demissão.
 - (C) repreensão.
 - (D) multa.
 - (E) censura.

- 28.** O conjunto de atividades e responsabilidades de direção superior e intermediária, definidas com base na estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Pará, e de assessoramento superior e intermediário, de livre nomeação e exoneração, conforme previsto na Lei Estadual n.º 6.969/07, é definição de
- (A) cargo de provimento efetivo.
 (B) quadro de pessoal.
 (C) plano de carreira.
 (D) função gratificada.
 (E) cargo de provimento em comissão.
- 29.** A periodicidade da Avaliação Periódica de Desempenho é de
- (A) seis meses para todas as áreas de atividades, devendo a apuração e a homologação ocorrer até o primeiro mês do ano anterior ao de sua efetivação.
 (B) oito meses para todas as áreas de atividades, devendo a apuração e a homologação ocorrer até o último mês do ano anterior ao de sua efetivação.
 (C) doze meses para todas as áreas de atividades, devendo a apuração e a homologação ocorrer até o terceiro mês do ano anterior ao de sua efetivação.
 (D) quatorze meses para todas as áreas de atividades, devendo a apuração e a homologação ocorrer até o penúltimo mês do ano anterior ao de sua efetivação.
 (E) vinte e quatro meses para todas as áreas de atividades, devendo a apuração e a homologação ocorrer até o último mês do ano anterior ao de sua efetivação.
- 30.** Com relação ao enquadramento dos servidores no Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações do Poder Judiciário do Estado do Pará, é correto afirmar que
- (A) os servidores que não se enquadrarem no Plano instituído pela Lei Estadual n.º 6.969/07 integrarão Quadro Suplementar em Extinção, sendo a remuneração corrigida de acordo com os reajustes gerais promovidos pelo Poder Judiciário.
 (B) os servidores cujas atividades se enquadrarem no Plano instituído pela Lei Estadual n.º 6.969/07 não poderão optar pela permanência nos atuais cargos que ocupam, para integrar o Quadro Suplementar em Extinção.
 (C) o servidor poderá solicitar revisão do processo de enquadramento, no prazo de dez dias, a contar da publicação do ato de enquadramento no Plano, mediante solicitação à Corregedoria-Geral.
 (D) o enquadramento do servidor na Carreira, Cargo, Classe e Referência do Plano instituído pela Lei Estadual n.º 6.969/07 não poderá ser condicionado à prévia análise dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis.
 (E) o enquadramento dos servidores no Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração, instituído pela Lei Estadual n.º 6.969/07, dar-se-á por meio de ato do Tribunal Pleno ou de autoridade delegada.
- 31.** Incluindo-se entre os assuntos de interesse do trabalhador que estão presentes no texto da Constituição Federal, a Segurança e Saúde do Trabalhador é tratada de forma que
- (A) a cobertura previdenciária, demandada em casos de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, é proporcionada pelo FAT – Fundo de Amparo do Trabalhador e constitui um direito objetivo do trabalhador.
 (B) a fiscalização é atribuição compartilhada pelo SUS – Sistema Único de Saúde e MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, cabendo ao primeiro explorar os aspectos médicos e ao segundo, o tratamento dos aspectos de engenharia de segurança.
 (C) o empregado eleito para o cargo de direção de CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes tem direito à estabilidade no emprego desde sua inscrição até um ano após o término de seu mandato.
 (D) a remuneração em atividades que sejam classificadas como penosas, insalubres ou perigosas deverá contemplar adicional de salário que será proporcional à severidade da condição de trabalho e ao tempo de exposição do trabalhador ao agente de risco.
 (E) ao trabalhador assiste o direito à eliminação dos fatores de riscos químicos, físicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes, seja por meio da instalação de equipamento de proteção coletiva ou pelo uso de equipamento de proteção individual.
- 32.** De acordo com o art. 7.º, do Capítulo II (Dos Direitos Sociais), do Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais), da Constituição Federal, entre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, consta
- (A) a proibição do trabalho, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis anos e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos.
 (B) o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, de caráter universal, que exclui a indenização imposta ao empregador ao incorrer em culpa.
 (C) a percepção de adicional de 100% no valor da hora extra sempre que o trabalho seja executado em condições de perigo ou de insalubridade máxima.
 (D) o reconhecimento das Convenções Coletivas de Trabalho, firmadas com os empregadores, que tenham caráter nacional e não atentem contra a legislação vigente.
 (E) a proteção em face da automação, na forma da lei, bem como a redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

33. A Lei n.º 6.514, de 22 de dezembro de 1977, que alterou o Capítulo V, do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho, estabelece que
- (A) mediante convênio autorizado pelo Ministro do Trabalho, poderão ser delegadas a outros órgão federais, estaduais ou municipais, atribuições de fiscalização ou orientação às empresas quanto ao cumprimento das disposições constantes desse Capítulo.
 - (B) é competência das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego a coordenação, a orientação, o controle, a supervisão da fiscalização e as demais atividades relacionadas com a segurança e a medicina do trabalho em sua jurisdição.
 - (C) cabe às empresas cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, instruindo as empresas terceirizadas adequadamente quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes e doenças relacionadas ao trabalho.
 - (D) é atribuição do Superintendente Regional do Trabalho e Emprego julgar, mediante consulta à Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho de sua Unidade, os recursos das empresas motivados pela atuação dos Auditores Fiscais do Trabalho.
 - (E) cabe aos empregados colaborar com a empresa na aplicação das disposições relativas à segurança, higiene e medicina do trabalho, contribuindo com a redação das Ordens de Serviço, elaboradas pelo empregador com o objetivo de prevenir acidentes e doenças relacionadas ao trabalho.
34. De acordo com as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à segurança e saúde do trabalho, é correto afirmar:
- (A) responderá por desobediência, além das medidas penais cabíveis, quem, após determinada a interdição ou embargo, permitir a continuidade do trabalho em condições de risco, independentemente de provocar ou não danos a terceiros.
 - (B) cada CIPA será composta de representantes da empresa e dos empregados, de acordo com os critérios da regulamentação, contando cada representação com suplentes em igual número ao de titulares.
 - (C) a empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco e devidamente inscrito no MTE e portador do Selo de Conformidade do INMETRO.
 - (D) será obrigatória a notificação das doenças produzidas em virtude de condições especiais de trabalho, comprovadas ou objeto de suspeita, em conformidade com as instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho.
 - (E) se as condições do ambiente de trabalho se tornarem desconfortáveis, em virtude de instalações geradoras de frio ou de calor, o empregador deverá proporcionar, ao trabalhador exposto, o direito de interromper a exposição, retirando-se do ambiente.
35. De acordo com a Norma Regulamentadora 1 – Disposições Gerais,
- (A) cabe ao empregador elaborar ordens de serviço sobre segurança e medicina do trabalho, dando ciência aos empregados, com o objetivo, entre outros, de prevenir atos inseguros no desempenho do trabalho.
 - (B) para efeito de aplicação das Normas Regulamentadoras, a obra de engenharia, compreendendo ou não canteiro de obra ou frentes de trabalho, será considerada como um estabelecimento, a menos que se disponha, de forma diferente, em Norma Regulamentadora específica.
 - (C) a observância das Normas Regulamentadoras desobriga as empresas do cumprimento de outras disposições que, com relação à matéria, sejam incluídas em códigos de obras ou códigos sanitários dos Estados ou Municípios.
 - (D) é competência da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego tomar conhecimento de recurso de demissão imotivada de membro de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, cabendo-lhe, se for o caso, determinar a reintegração do empregado demitido.
 - (E) cabe ao empregado cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho, assim como as ordens de serviço expedidas pelo empregador e, ainda, zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas das Convenções Coletivas de Trabalho dirigidas à prevenção de acidentes e doenças do trabalho.
36. De acordo com a Norma Regulamentadora 4 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho,
- (A) cabe ao empregador harmonizar o exercício, pelo profissional integrante do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, das atividades relacionadas com a prevenção, com outras atividades na empresa, inclusive aquelas relativas ao processo de produção.
 - (B) o dimensionamento dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho em empresas que operem em regime sazonal deverá considerar, como número de trabalhadores, a média aritmética do número de empregados nos últimos 2 anos.
 - (C) é atribuição dos profissionais integrantes do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho registrar anualmente as estatísticas relativas à frequência e à avaliação da gravidade dos acidentes e doenças do trabalho, encaminhando-as à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.
 - (D) compete aos profissionais integrantes do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho aplicar os conhecimentos de sua área de atuação no controle dos fatores de riscos ambientais, priorizando a implementação de medidas de proteção coletivas em relação ao equipamento de proteção individual.
 - (E) as empresas enquadradas no grau de risco 1, obrigadas a constituir Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho e que possuam outros serviços de medicina e engenharia, poderão integrar estes serviços com os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho constituindo um serviço único de engenharia e medicina.

37. De acordo com a Norma Regulamentadora 7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional,

- (A) dos trabalhadores expostos a agentes químicos em áreas com insalubridade já caracterizada, outros indicadores biológicos poderão ser monitorizados, dependendo de estudo prévio dos aspectos de validade toxicológica, analítica e de interpretação desses indicadores.
- (B) o exame médico de retorno ao trabalho deverá ser realizado obrigatoriamente no primeiro dia da volta ao trabalho de trabalhador ausente por período igual ou superior a 30 (trinta) dias por motivo de doença ou acidente, de natureza ocupacional ou não, à exceção do parto.
- (C) o ASO deverá conter, entre outras informações, o nome completo do trabalhador, o número de registro de sua identidade e sua função; indicação dos procedimentos médicos a que foi submetido, incluindo os exames complementares e a data em que foram realizados e a definição de apto ou inapto para a função específica que o trabalhador vai exercer, exerce ou exerceu.
- (D) o PCMSO deverá ter caráter curativo, de prevenção e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, inclusive de natureza subclínica, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores.
- (E) por determinação do Delegado Regional do Trabalho, com base em parecer técnico conclusivo da autoridade regional competente em matéria de segurança e saúde do trabalhador, ou em decorrência de negociação coletiva, as empresas poderão ser desobrigadas de realizar o exame médico demissional, independentemente da época de realização de qualquer outro exame, quando suas condições não representarem qualquer tipo de risco aos trabalhadores.

38. De acordo com a Norma Regulamentadora 6 – Equipamentos de Proteção Individual,

- (A) a empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e quando ficar comprovada a inviabilidade técnica das medidas de proteção coletiva.
- (B) cabe ao órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho cadastrar o fabricante ou importador de EPI; prescrever os ensaios aos quais o equipamento deverá ser submetido; emitir ou renovar o Certificado de Adequação e fiscalizar a qualidade do EPI, promovendo a suspensão do cadastramento da empresa fabricante ou importadora quando houver alteração nas características construtivas do equipamento comercializado.
- (C) cabe ao empregado usar o equipamento de proteção individual, utilizando-o apenas para a finalidade a que se destina; responsabilizar-se pela guarda e conservação; comunicar ao SESMT e à CIPA qualquer alteração que o torne impróprio para uso e cumprir as determinações do empregador sobre o uso adequado.
- (D) o fabricante nacional ou o importador deverá fornecer as informações referentes aos processos de limpeza e higienização de seus EPI, indicando, quando for o caso, o número de higienizações acima do qual é necessário proceder à revisão ou à substituição do equipamento, a fim de garantir que eles mantenham as características de proteção original.
- (E) cabe ao empregador adquirir o equipamento de proteção individual adequado ao risco de cada atividade; exigir seu uso; fornecer ao trabalhador somente o aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho; responsabilizar-se pela guarda e conservação do equipamento e substituí-lo imediatamente, quando danificado ou extraviado.

39. De acordo com a Norma Regulamentadora 5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes,
- (A) a documentação referente ao processo eleitoral da CIPA, incluindo as atas de eleição e de posse e o calendário anual das reuniões ordinárias, deve ficar no estabelecimento à disposição da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego.
 - (B) consta, entre as atribuições da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, divulgar a todos os trabalhadores do estabelecimento informações relativas à segurança e saúde no trabalho e paralisar máquina ou setor onde considere haver risco grave e iminente à segurança e saúde dos trabalhadores.
 - (C) o treinamento dos membros titulares e suplentes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes deverá incluir, entre outros assuntos, estudo do ambiente, das condições de trabalho, bem como dos riscos originados do processo produtivo, álcool e drogas no ambiente de trabalho e noções de Toxicologia.
 - (D) a CIPA poderá ter seu número de representantes reduzido em ambas as bancadas, bem como ser desativada pelo empregador antes do término do mandato de seus membros, quando ficar caracterizada a redução do número de empregados da empresa em processo de encerramento das atividades do estabelecimento.
 - (E) serão garantidas aos membros da CIPA condições que não descaracterizem suas atividades normais na empresa, sendo vedada a transferência para outro estabelecimento sem a sua anuência, incluindo o disposto nos parágrafos primeiro e segundo do art. 469 da CLT.
40. A Higiene e Segurança do Trabalho estão presentes em várias legislações que disciplinam aspectos trabalhistas e previdenciários. Um exemplo é
- (A) o disposto nos artigos 19 a 31 da Lei n.º 7.869, de 26 de junho de 1985, que estendeu aos empregados que trabalham em contato permanente com explosivos o direito ao adicional de periculosidade.
 - (B) a Constituição Federal, que em seu Capítulo que trata dos Direitos Sociais e, mais diretamente, dos direitos dos trabalhadores, proíbe a distinção entre o trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
 - (C) o Decreto n.º 3.058, promulgado em 4 de abril de 1999, que disciplina a concessão de benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social em caso de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho.
 - (D) a Instrução Normativa INSS n.º 1.053 de maio de 1985, que obriga a empresa a elaborar um Prontuário Profissional Previdenciário – PPP para cada empregado que desenvolva suas atividades em condições insalubres.
 - (E) a Lei n.º 6.514, de 22 de dezembro de 1977, que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho e tornou obrigatórios os exames médicos na admissão, na demissão, na troca de funções e no retorno após afastamentos superiores a 30 dias.
41. Na elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, conforme a legislação vigente, deve-se atender, no mínimo, a seguinte estrutura:
- (A) planejamento anual; estratégia e metodologia de ação; forma de registro, manutenção e divulgação dos dados; periodicidade e forma de avaliação do desenvolvimento do PPRA.
 - (B) caracterização quantitativa e qualitativa dos agentes ambientais; realização de exames médicos dos trabalhadores expostos; estudo e implantação das medidas de controle e monitoramento.
 - (C) estabelecimento de metas; realização de levantamentos ambientais; monitoramento da exposição dos trabalhadores; avaliação das medidas de controle existentes e proposição de melhoria.
 - (D) definição de cronograma e de prioridades; estratégia e forma de atuação; meios de comunicação das ações preventivas; acompanhamento e avaliação da eficácia do controle.
 - (E) caracterização da insalubridade e do processo de produção associado às condições insalubres de trabalho; avaliação médica dos trabalhadores expostos e monitoramento da eficácia das medidas de controle coletivas e individuais.
42. Na condução e desenvolvimento do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, nos termos da Norma Regulamentadora 9, é necessário considerar que
- (A) para o monitoramento da exposição dos trabalhadores e das medidas de controle deve ser realizada uma avaliação sistemática e repetitiva dos diferentes riscos presentes no ambiente, dada a possibilidade de tais fatores de risco apresentarem efeito aditivo ou sinérgico na saúde dos trabalhadores.
 - (B) medidas de controle deverão ser adotadas quando forem observadas, pelo menos, duas das seguintes situações: identificação, na fase de antecipação, de risco potencial à saúde; constatação, na fase de reconhecimento, de risco evidente à saúde e obtenção de valores que excedam os limites de tolerância legais.
 - (C) deverão estar presentes, entre outras, as seguintes etapas: antecipação e reconhecimento dos riscos; estabelecimento de prioridades e metas de avaliação e controle; avaliação dos riscos e da exposição dos trabalhadores; implantação das medidas de controle e avaliação de sua eficácia e monitoramento da exposição aos riscos.
 - (D) a efetivação da etapa de reconhecimento não poderá prescindir da participação dos representantes dos trabalhadores e deverá envolver a análise de projeto das instalações, métodos ou processos de trabalho ou de eventuais alterações propostas, visando identificar os riscos potenciais à saúde dos trabalhadores.
 - (E) no estudo, desenvolvimento e implantação das medidas de proteção coletiva, aquelas que previnam a liberação ou disseminação dos agentes prejudiciais à saúde no ambiente de trabalho têm preferência em relação àquelas que visam eliminar ou reduzir a presença de trabalhadores nos ambientes de trabalho com tais contaminantes.

43. O equipamento de proteção individual, fornecido gratuitamente ao trabalhador pelo empregado, deve ser objeto de especificação técnica, pois ele deve ser adequado ao risco. Dessa forma,
- (A) os trabalhadores que atuam na inspeção e manutenção de equipamentos integrantes do sistema elétrico de potência devem receber vestimenta indutiva de segurança para proteção contra choques elétricos.
 - (B) são prescritos óculos de segurança para proteção dos olhos contra impactos de partículas volantes, contra luminosidade intensa, contra radiação ultravioleta, contra radiação infravermelha e contra respingos de produtos químicos.
 - (C) no trabalho em ambientes com teor de oxigênio inferior a 18% e presença de aerodispersóides, a proteção respiratória deve utilizar sistemas que conjuguem filtros mecânicos e químicos.
 - (D) em atividades de alto consumo calórico, realizadas em condições de baixa renovação de ar, o equipamento de proteção respiratória prescrito deve usar filtro de carvão ativado.
 - (E) a lei vigente indica o cinto de segurança tipo paraquedista para trabalhar em altura superior a 2,5 metros e luva de segurança para proteção das mãos contra radiações não ionizantes.
44. Na prevenção de acidentes do trabalho, provocados pelo contato com partes móveis das máquinas, a adequada análise e especificação técnica do equipamento de proteção coletiva recomenda que
- (A) se observe que na operação de serras de fita, serras circulares, tupias e plainas, a ação de cisalhamento se dá no ponto onde o material é inserido para ser trabalhado, criando a zona de risco.
 - (B) seja considerado, ao utilizar-se de proteção ou barreira interligada, que esse método pode provocar alguma interferência na visibilidade, mas é estável por não permitir a burla na operação.
 - (C) se atente, quando a melhor opção for o uso de dispositivos sensores, que o capacitor de radiofrequência proteja o operador contra falhas mecânicas da máquina.
 - (D) seja adotado o método do arraste quando não se deseja obstruir o espaço de trabalho ao redor do operador e não haja disponibilidade para promover ajustes por operação ou operador.
 - (E) no caso da prensa mecânica com chaveta, não seja aplicado o controle bimanual, em que o uso concorrente das duas mãos é requisitado prevenindo o acesso do operador à zona de risco.
45. A respeito do Plano de Emergência na área de prevenção e combate a incêndios, é correto afirmar:
- (A) usualmente, é composto por duas grandes e distintas fases, que são o levantamento de riscos com proposição de medidas preventivas e a instalação de equipamentos de alarme com a formação da equipe de abandono de áreas perigosas.
 - (B) na ocorrência de incêndio, a população deverá manter abertas todas as portas e janelas, independentemente de haver ou não chamas em cada compartimento, de maneira que haja ventilação para a fase de evacuação dos ocupantes da edificação.
 - (C) a ausência de detecção e alarme em alguns dos pavimentos da edificação implica a preparação de um determinado número de ocupantes em técnicas de controle de pânico e de coordenação de evacuação em condições de risco.
 - (D) ele deve conter: procedimentos do supervisor, procedimentos da brigada de incêndio, procedimentos dos ocupantes do prédio, planta da edificação, localização dos equipamentos de combate a incêndio, localização das vias de fuga e ponto de reunião fora do edifício.
 - (E) na instalação de *sprinklers* nos compartimentos que requerem maior prevenção, deve-se cuidar para que os sistemas de acionamento dos chuveiros especiais sejam localizados externamente a tais compartimentos, de forma a não acarretar riscos em seu acionamento.
46. Entre os procedimentos adequados, contemplados em um Plano de Abandono de edifício em chamas, tem-se que
- (A) na impossibilidade de sair de onde está, o ocupante deverá abrir janelas apenas em sua parte superior, pois a fumaça quente tende a elevar-se e sair pelas aberturas da parte de cima do compartimento.
 - (B) ao ficar retido em meio à fumaça, o ocupante deverá respirar pelo nariz, em rápidas inalações, usando um lenço molhado como máscara improvisada, e rastejar para a saída, pois a fumaça, menos densa que o ar, tende a subir.
 - (C) deve-se usar o elevador o mais rápido possível, pois ele pode ser paralisado por eventual corte de energia e, caso isso ocorra, o poço do elevador pode ser tomado por fumaça e dificultar a evacuação.
 - (D) na existência de pânico, cada ocupante deve procurar pela rota de fuga deixando abertas todas as portas que encontrar pelo caminho, facilitando a ventilação para os demais ocupantes em condição de risco.
 - (E) na ocorrência de um incêndio no escritório ou apartamento de um edifício, não é recomendável a fuga imediata, sendo necessário avaliar a situação e a disponibilidade de unidades portáteis de extinção nas proximidades.

47. A Brigada de Incêndio deve ser adequadamente organizada e capacitada, conforme os preceitos legais, pois a ela caberá importante papel na execução de um Plano de Emergência, como na necessidade de evacuar a edificação. Assim, a Brigada de Incêndio
- (A) deverá percorrer a rota de fuga imediatamente antes que a população a ser evacuada o faça, para conferir suas condições de uso, como a completa desobstrução, a qualidade do ar ambiente e a funcionalidade dos nichos de sobrevivência.
 - (B) deverá organizar exercícios simulados que serão programados em conjunto com a população fixa da edificação e divulgados junto à população semifixa ou flutuante, para que tenha participação efetiva no treinamento.
 - (C) em uma planta com mais de uma classe de ocupação será dimensionada em função da ocupação de maior risco, sendo que o dimensionamento por classe de ocupação é permitido para unidades compartimentadas, com os riscos isolados.
 - (D) deverá, conforme Instrução Técnica n.º 17/2014 do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará, contar com membros aptos a fazer a manutenção do sistema hidráulico preventivo, do sistema de alarme e dos pontos de iluminação de emergência.
 - (E) possui, entre outras atribuições, nas situações de emergência, aquelas relativas ao acionamento do alarme, coordenação da evacuação para evitar pânico e abertura dos registros das redes de chuveiros de emergência.
48. O domínio da tecnologia de prevenção e combate a incêndios envolve um conjunto de conhecimentos associados aos fenômenos físicos e químicos presentes na geração de um incêndio. Entre esses conhecimentos, tem-se que
- (A) na combustão simples há a percepção visual do deslocamento da frente da reação química, porém a velocidade de propagação é inferior a 1 metro por segundo, sendo exemplos a combustão de papel e madeira.
 - (B) a compreensão da combustão como uma reação química, catalisada pelo oxigênio presente no ar, permite classificá-la em queima simples, queima combinada, detonação e explosão.
 - (C) na condução se observa uma forma típica de propagação de calor nos fluidos, em que as moléculas aquecidas tendem a elevar-se, criando um movimento ascendente no corpo do fluido.
 - (D) no ponto de combustão inexistente a necessidade de fonte externa de calor e os gases despreendidos do combustível entram em combustão ao simples contato com o comburente.
 - (E) na radiação, o calor é propagado de molécula para molécula por meio do movimento vibratório causado pelo seu aquecimento, de forma que a presença de um meio físico é imprescindível para esse tipo de transmissão de calor.
49. O domínio da tecnologia de prevenção e combate a incêndios inclui a associação correta entre a classe de incêndio e o agente de extinção apropriado. Dessa maneira,
- (A) na ocorrência de fogo em equipamento elétrico energizado, o agente de extinção mais apropriado é o dióxido de carbono, pois a classe de incêndio é B.
 - (B) no caso de incêndio em materiais como magnésio, zircônio e titânio, que constituem incêndios de Classe E, não se recomenda nenhum agente de extinção além dos pós químicos especiais.
 - (C) o fogo em madeira, papel, isopor, tecidos e outros materiais, cuja queima é considerada incêndio de Classe A, não pode ser combatido com CO_2 , particularmente em seu início.
 - (D) o fogo em equipamentos de informática energizados, que possuam metais raros em seus circuitos internos, não pode ser combatido com CO_2 por ser um incêndio de Classe D.
 - (E) os incêndios de Classe B, que inclui a queima de óleo, gasolina, graxa, tinta e gás liquefeito de petróleo, não podem ser atacados com água em jato pleno, porém a água pode ser usada sob a forma de neblina.
50. A Lei n.º 12.305/10, que criou a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), institui a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos: dos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, o cidadão e titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos na Logística Reversa dos resíduos e embalagens. Entre as cadeias objetos da Logística Reversa obrigatória, têm-se
- (A) as latas de cerveja, as baterias de celulares e as embalagens utilizadas em leite tipo longa vida.
 - (B) as embalagens de dentifrícios, as lâmpadas incandescentes e os pneus.
 - (C) as sacolas de supermercado, as pilhas alcalinas e óleo de cozinha.
 - (D) agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, pneus e produtos eletroeletrônicos e seus componentes.
 - (E) produtos comercializados em embalagens de papel, óleos lubrificantes e lâmpadas fluorescentes.

51. O Sistema de Gestão em Segurança, Saúde e Meio Ambiente de Trabalho deve promover, em face de um acidente de trabalho, sua competente investigação e análise e, com esse propósito, poderá utilizar o
- (A) Método do Ato Inseguro – MAI, que busca compreender a natureza dos erros humanos ou desvios de comportamento da vítima em situação de risco acentuado.
 - (B) Método da Árvore de Causas – ADC, que se fundamenta no raciocínio lógico para a construção de uma árvore que representa o encadeamento dos fatos determinantes do acidente.
 - (C) Sistema Analítico de Atividade – SAA, que, com influência da Ergonomia, incorporou ao Método do Ato Inseguro o conceito da condição insegura e adquiriu, assim, caráter sistêmico.
 - (D) Sistema de Entrevistas Informais – SEI, que se conecta com a rede de comunicação informal existente entre os trabalhadores e acessa dados e interpretações dos fatos mediante outros pontos de vista.
 - (E) Apoio da Análise de Árvore de Falhas – AAF, que é desenvolvida com base na álgebra booleana e permite, dessa maneira, a identificação do ramo ou sequência mais crítica e que merece ação preventiva.
52. A respeito dos indicadores de uso mais comum nos Sistemas de Gestão em Segurança, Saúde e Meio Ambiente de Trabalho, é correto afirmar que
- (A) de acordo com a ABNT, quando houver um acidentado com incapacidade permanente parcial e incapacidade temporária total, dependentes e decorrentes do mesmo acidente, os dias a computar, como dias perdidos, devem considerar ambas as incapacidades.
 - (B) alguns dados são de interesse da Previdência Social, como o número de Horas-Homem de Exposição aos Riscos existentes no estabelecimento, que é considerado na apuração do Fator Acidentário Previdenciário pertinente ao estabelecimento.
 - (C) para obter-se o Índice de Avaliação da Gravidade de um determinado exercício, deve-se dividir o número de acidentes com afastamento superior a 15 dias pelo número total de acidentes, multiplicar o resultado por 10^6 e dividir o valor obtido pelo número total de Horas-Homem de Exposição ao Risco no estabelecimento.
 - (D) em conformidade com as Diretrizes da Organização Internacional do Trabalho para sistemas de gestão, considera-se Taxa de Severidade da lesão a razão entre os dias perdidos a ela associados e o número médio de dias de afastamento por acidentes de trabalho apurado no estabelecimento.
 - (E) a norma NBR 14.280, da ABNT, define que a Taxa de Frequência de Acidentes deve ser expressa com aproximação de centésimos e obtida multiplicando-se o número de acidentes por 10^6 e dividindo-se o valor obtido pelo número de Horas-Homem de Exposição ao Risco.
53. No âmbito do Sistema de Gestão em Segurança, Saúde e Meio Ambiente de Trabalho, o gerenciamento de riscos conta com várias técnicas de identificação e análise de riscos, como
- (A) a Análise de Modos de Falhas e Efeitos – AMFE, que permite analisar como podem falhar os componentes de um equipamento ou sistema, estimar as taxas de falhas, determinar possíveis efeitos e, conseqüentemente, estabelecer as mudanças necessárias.
 - (B) a Análise de Causas Críticas – ACC, que possui caráter sistêmico e, com o apoio da Álgebra Booleana, permite o cálculo de probabilidades de falhas de montagens, subsistemas e sistemas a partir das probabilidades individuais de falha de seus componentes.
 - (C) a Técnica de Observação Sistemática do Trabalho – TOST, que além de permitir a revisão sistemática das possibilidades de falha de componentes críticos do sistema, também possibilita a estimativa dos custos envolvidos nas medidas corretivas a serem adotadas.
 - (D) o *Hazard and Operability Study* – HAZOP, que se constitui de procedimentos adequados à análise de sistemas inovadores, que possuam pouca ou nenhuma similaridade com os já existentes e, sobre os quais, as informações disponíveis sejam precárias ou mesmo inexistentes.
 - (E) o Método da Árvore de Conseqüências – ADC, que permite, por meio de inferências lógicas, a diagramação dos fatores envolvidos na falha de cada componente do sistema e a discriminação das causas que deve ser objeto de controle ou eliminação.
54. Para que sejam compatíveis com os preceitos da Ergonomia, as estações de trabalho com equipamentos de processamento eletrônico de dados com terminal de vídeo devem ser tais que
- (A) possuam teclado e monitor conjugados e articulados, de maneira que o ângulo entre os planos do teclado e do monitor possua três diferentes posições de ajuste.
 - (B) a tela, o teclado e o suporte para documentos devem ser colocados de maneira que as distâncias olho-tela, olho-teclado e olho-documento sejam aproximadamente iguais.
 - (C) os assentos utilizados no posto de trabalho tenham altura ajustável à estatura do trabalhador e base com conformação adequada à anatomia humana ou dotada de revestimento deformável.
 - (D) suas dimensões e sua organização espacial respeitem, com a devida e necessária variação, os valores antropométricos da população usuária, sendo passível de uso sem qualquer ajuste.
 - (E) os terminais de vídeo possuam proteção contra radiações, não provoquem ofuscamento ou brilho excessivo e ainda contem com ajustes para, pelo menos, duas das três cores primárias.

55. A frequência e a gravidade dos distúrbios musculoesqueléticos relacionados ao trabalho impõem que se busque a eliminação ou a redução dos fatores de risco, como ocorre com a utilização de controles
- (A) administrativos, como o uso de suporte mecânico para eliminar ou reduzir esforços exigidos para segurar ferramentas e objetos de trabalho.
 - (B) de engenharia, como a realocação de tarefas e a rotação de trabalhadores, de forma que o trabalhador não gaste o tempo todo do turno de trabalho em tarefas de alta demanda.
 - (C) aplicados na área de recursos humanos, como a seleção de mão de obra com feições adequadas ao trabalho a ser realizado.
 - (D) de engenharia, como o fornecimento de estações de trabalho ajustáveis pelo usuário, que reduzam os esforços e melhorem as posturas.
 - (E) administrativos, como o estudo de tempos, métodos e análise de movimentos, para eliminar movimentações e esforços desnecessários.
56. A respeito da Ergonomia e de sua contribuição na melhoria das condições de trabalho, é correto afirmar:
- (A) contempla as abordagens de diferentes disciplinas, que tratam dos meios de produção e do trabalho humano, de maneira tal que se obtêm significativos ganhos de produtividade sem comprometimento da segurança nas condições de trabalho.
 - (B) sua abordagem implica uma minuciosa análise do ambiente técnico, econômico e social, classificação das atividades em prescritas e reais e levantamento antropométrico da população para adequação dos postos de trabalho às medidas dos usuários.
 - (C) a Ergonomia pode ser definida como o conjunto dos conhecimentos científicos relacionados ao homem e necessários à concepção de instrumentos, máquinas e dispositivos que possam ser utilizados com o máximo de conforto, segurança e eficiência.
 - (D) a Ergonomia emergiu como disciplina quando, na década de 40, estudiosos buscaram a formulação de conceitos que fossem frontalmente contrários aos pressupostos teóricos de F. W. Taylor, expostos em sua obra “A Administração Científica do Trabalho”.
 - (E) trata-se de uma abordagem holística das relações do homem com seu meio produtivo, de forma que, enquanto contribuição teórica, pode prescindir de qualquer experimentação prática ao exercitar seu método analítico.
57. Sobre a intervenção dos ergonomistas na solução de problemas nos ambientes de trabalho, é correto que
- (A) a análise ergonômica do Trabalho é um processo participativo demandado por um problema complexo e que exige conhecer as tarefas e suas formas de execução, além das dificuldades enfrentadas para se atingir desempenho e produtividade exigidos.
 - (B) só após a publicação do método contemplando o Estudo do Correr da Ação – ECA, por Alain Wisner em 1988, a análise ergonômica do trabalho conseguiu evidenciar que não se trata de uma simples análise etnológica do trabalho moderno.
 - (C) a metodologia da análise ergonômica do trabalho, de maneira geral, contempla, entre outras, algumas etapas como: parametrização da população de empregados envolvidos no estudo, análise das atividades, das metas de produtividade perseguidas e análise da demanda.
 - (D) o propósito de validá-la, além de buscar avaliar o grau de aderência e adequação das recomendações oferecidas, levará o ergonomista a discutir todo o conteúdo do relatório final com quem solicitou o estudo ergonômico empreendido.
 - (E) na análise de cada tarefa e das circunstâncias em que é efetivada, se procure obter um inventário exaustivo das atividades humanas, de maneira a identificar as interrelações visíveis e invisíveis das operações realizadas por cada trabalhador.
58. Nas operações de soldagem é muito grande a concentração de energia e são vários os riscos envolvidos para a segurança e saúde no trabalho, cujo controle exige medidas específicas, como
- (A) proceder ao fechamento das válvulas começando pela válvula de oxigênio, de forma a impedir a formação de fuligem nos bicos, dificultando a queima completa do gás.
 - (B) o uso, no acendimento dos bicos, de isqueiros especiais, que possuam reservatórios blindados, contendo o mínimo de combustível necessário à operação.
 - (C) o preenchimento parcial do interior do cilindro de acetileno com uma massa porosa e maleável, constituída por terra infusória (material formado essencialmente por sílica hidratada e pó de asbestos).
 - (D) evitar o fenômeno conhecido como retrocesso de chama, por meio do uso de válvulas antirretrocesso, como as de retenção, que permitem fluxo do gás somente em um sentido (cilindro para maçarico).
 - (E) aquelas que protejam as vias aéreas superiores dos soldadores, dada a alta toxicidade dos fumos metálicos gerados e o caráter irritante do acetileno, que em altas concentrações atua como asfíxiante químico.

59. As caldeiras são equipamentos destinados a produzir e acumular vapor sob pressão superior à atmosfera e que, em casos de acidentes, têm grande poder de destruição, exigindo, para a segurança dos envolvidos em sua operação, algumas medidas de prevenção, como
- (A) a instalação de bloqueios, como manômetros analógicos, entre a válvula de segurança e o vaso de pressão, em equipamentos que possuam apenas uma válvula de segurança para atuar em caso de superaquecimento.
 - (B) a realização periódica do teste de acumulação, para verificar, em caldeiras providas de superaquecedores ou em caldeiras para aquecimento de água, a capacidade de a válvula de segurança descarregar todo o vapor gerado.
 - (C) a instalação de válvula de segurança com pressão de abertura ajustada em valor igual ou inferior à PMTA e de sistema de indicação para controle do nível de água ou outro sistema que evite o superaquecimento por alimentação deficiente.
 - (D) a instalação da caldeira do tipo *Reboiler* ou cuja serpentina esteja sujeita à chama direta, em ambiente confinado, deve ser acompanhada de sensor para detecção de vazamentos de gás.
 - (E) a realização de teste hidrostático na impossibilidade técnica da purga ou secagem do sistema ou quando o revestimento interno da caldeira for do tipo vitrificado ou higroscópico.
60. A instalação correta e a operação segura da serra circular exigem que sejam adotadas determinadas medidas de prevenção de acidentes. Assim,
- (A) deve-se impedir a utilização pelos operadores inexperientes de recursos alheios à operação, como empurradores e guias de alinhamento.
 - (B) é necessário instalar, sob a mesa, mancais justapostos ao disco de corte para evitar que o corte de madeiras com fibras ou nós desalinhem ou tirem o equilíbrio cinético do disco.
 - (C) é recomendável dotar o posto do operador de dispositivo eletroeletrônico cujo acionamento pelo operador, em situação de emergência, desenergize o motor e o disco de corte possa ser travado pela madeira em processamento.
 - (D) dispositivos antirrecuo da madeira em processamento devem ser instalados na superfície da mesa da serra, de maneira que mudanças abruptas na textura da madeira não provoquem acidentes.
 - (E) a serra deve ser provida de coifa protetora do disco de corte, cutelo divisor e coletor de serragem, com a carcaça do motor aterrada eletricamente.
61. A respeito da ventilação, importante recurso da Higiene do Trabalho para o controle dos agentes ambientais, é correto afirmar:
- (A) no projeto da ventilação geral exaustora, em ambientes de grande volume, devem ser utilizados ventiladores centrífugos, que têm capacidade de fornecer grandes vazões a pressões moderadas.
 - (B) uma das características do sistema de ventilação local exaustora é a grande perda de carga, que faz dos ventiladores centrífugos os mais adequados, por serem de uso geral e operarem em pressões baixas, moderadas ou altas.
 - (C) a ventilação geral diluidora é especialmente recomendada para situações em que o contaminante gerado é de alta toxicidade e o ponto de geração situa-se próximo da zona respiratória do trabalhador.
 - (D) havendo problemas de deposição dos poluentes nos dutos do sistema de evacuação do ar contaminado, pode-se recorrer à instalação de outros ventiladores em paralelo, para aumentar a pressão do sistema.
 - (E) na necessidade de o sistema contar com dispositivo de coleta, o ventilador deve ser instalado em posição anterior àquela do coletor, de maneira que todo o sistema opere em pressão positiva, evitando-se a fuga do ar contaminado.
62. A segurança e saúde dos trabalhadores, que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas, exige uma série de medidas de prevenção, como
- (A) considerar que, no processo de reenergização de um circuito, a remoção do aterramento temporário é atividade que ocorre antes da remoção da sinalização de impedimento de reenergização.
 - (B) sinalizar de forma a realçar o perigo presente quando for inevitável que o trânsito de colaboradores diversos do estabelecimento ocorra em áreas próximas a condutores energizados e haja o risco de contato acidental.
 - (C) condicionar a ligação simultânea de vários aparelhos à mesma tomada à troca de pelo menos um disjuntor do circuito por outro de maior capacidade.
 - (D) dotar as derivações dos circuitos de distribuição do sistema de seccionamento automático, que possibilita o uso de chaves blindadas como dispositivos de partida e parada de máquinas e equipamentos.
 - (E) a colocação de barreiras físicas nos circuitos energizados antes de instalar o aterramento temporário ou promover a equipotencialização dos circuitos objetos de manutenção.

63. As auditorias em segurança e saúde no trabalho constituem meios para avaliar, de forma periódica, a adequação e a eficácia do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho praticado nas organizações. Dessa maneira,
- (A) com o objetivo de preservar a credibilidade do processo, o relatório final deverá ter cópia depositada em órgão externo de controle tão rapidamente como possível após sua conclusão.
 - (B) os padrões e critérios definidos pela entidade certificadora são o referencial para a verificação de documentos e práticas visando determinar de forma objetiva o grau de conformidade na auditoria.
 - (C) é pertinente que o programa e os procedimentos de auditoria abranjam as atividades e setores a serem auditados, a frequência das auditorias, as responsabilidades associadas à gestão e condução das auditorias e a competência dos auditores.
 - (D) a Organização Internacional do Trabalho entende que, dado o caráter estratégico da informação gerada no processo de auditoria, seus resultados devem ser comunicados apenas à alta administração da organização.
 - (E) é crescente a preocupação na definição de padrões de comportamentos, que permitem a identificação dos empregados que apresentam menor rendimento e possível comportamento prejudicial à segurança e saúde no trabalho.
64. O Regulamento da Inspeção do Trabalho, aprovado pelo Decreto n.º 4.552, de 27 de dezembro de 2002, estabelece que
- (A) é atribuição exclusiva das autoridades de direção do Ministério do Trabalho e Emprego conferir aos auditores fiscais do trabalho encargos ou funções diversas das que lhes são próprias, incluindo a assunção de cargos de chefia ou de assessoramento superior.
 - (B) é competência dos auditores fiscais do trabalho convocar a entidade sindical representativa dos empregados, quando a inspeção a ser realizada contemple aspectos da segurança e saúde no trabalho objetos de convenções coletivas de trabalho.
 - (C) o Sistema Nacional de Inspeção do Trabalho é composto pelas autoridades federais e descentralizadas, pelos agentes de higiene e segurança, que atuam em funções auxiliares, e pelos auditores fiscais do trabalho, subordinados tecnicamente ao Superintendente Regional do Trabalho e Emprego.
 - (D) os auditores fiscais do trabalho observarão em sua prática o critério da dupla visita, sendo as inspeções programadas e cercadas de toda cautela, realizadas em data e horário mais apropriado a sua eficácia.
 - (E) é vedado às autoridades de direção do Ministério do Trabalho interferir no exercício das funções de inspeção do trabalho ou prejudicar, de qualquer maneira, sua imparcialidade ou a autoridade do auditor fiscal do trabalho.
65. A avaliação da exposição ocupacional ao calor demanda a utilização de um conjunto de equipamentos formado de termômetro de globo, termômetro de bulbo úmido natural e termômetro de bulbo seco. Entre os procedimentos envolvidos no manuseio dos equipamentos, consta que
- (A) o globo pintado externamente de preto fosco, no qual será inserido um termômetro de mercúrio, deverá ser parcialmente preenchido por água destilada em temperatura ambiente, de maneira que o bulbo do termômetro fique totalmente submerso.
 - (B) o termômetro de bulbo úmido natural deve ser montado verticalmente ao lado do globo, tendo seu bulbo totalmente revestido por barbante de algodão, que deverá ser mantido úmido com o auxílio de um conta-gotas.
 - (C) o termômetro de bulbo seco é o dispositivo destinado à determinação da influência do calor radiante na temperatura do ar, sendo constituído por um termômetro de mercúrio firmemente preso a uma das laterais do globo oco de cobre.
 - (D) quando houver uma fonte principal de calor, os termômetros deverão estar posicionados de forma tal que estejam contidos num mesmo plano vertical e colocados próximos uns dos outros, sem, no entanto, se tocarem.
 - (E) para a adequada determinação do Índice de Bulbo Úmido Termômetro de Globo – IBUTG, a medição das temperaturas de bulbo úmido natural, de bulbo seco e de globo deve ocorrer, independentemente, da existência de carga solar direta.
66. Na avaliação da exposição ocupacional de um trabalhador ao ruído contínuo ou intermitente,
- (A) deve-se utilizar, preferencialmente, os medidores integradores de uso pessoal e, na indisponibilidade desses equipamentos, poderão ser usados outros tipos de medidores integradores ou de leitura instantânea, portados pelo avaliador.
 - (B) não se recomenda o uso de dosímetro quando houver, simultaneamente, a presença de ruído contínuo ou intermitente e ruído de impacto, sendo adequados os medidores instantâneos, que não diferenciam as frequências das ondas sonoras.
 - (C) o medidor integrador de uso pessoal deve ser ajustado e calibrado, conforme orientações do fabricante, antes de ser fixado no trabalhador, com o microfone distante de sua boca para evitar interferências.
 - (D) fazendo uso de medidores de leitura instantânea, estes devem estar ajustados de forma a operar no circuito de ponderação linear, circuito de acumulação capaz de cobrir uma faixa de medição mínima de 80 a 115 dB(A).
 - (E) deve-se considerar, no ajuste dos medidores integradores de uso pessoal ou fixo utilizados ao ar livre, que o limiar de audibilidade varia com o efeito da velocidade do ar.

67. Em relação aos laudos técnicos que visem à caracterização da periculosidade, é correto afirmar:
- (A) a respectiva perícia, conduzida por médico do trabalho, com vistas à percepção do pertinente adicional, não deverá ser efetivada com o reclamante trabalhando em atividade diversa na mesma empresa ou após a sua demissão.
 - (B) uma vez caracterizada a periculosidade, em face do trabalho pericial conduzido por engenheiro de segurança do trabalho, regularmente inscrito no Ministério do Trabalho e Emprego, o empregado fará *jus* a adicional incidente sobre o salário, considerando a participação nos lucros ou resultados da empresa.
 - (C) a perícia realizada com fins de caracterização da periculosidade não exige levantamentos e medições ambientais, bastando a análise da atividade desenvolvida pelo empregado e seu enquadramento nas atividades e operações perigosas e áreas de risco, conforme definido em Norma Regulamentadora específica.
 - (D) em face da evolução tecnológica observada no desenvolvimento de explosivos industriais e incremento da segurança intrínseca de tais artefatos, sua degradação química ou catalítica não mais caracteriza condições de periculosidade.
 - (E) em conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho, apenas são consideradas atividades ou operações perigosas aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis e explosivos em condições de risco acentuado.
68. A aposentadoria especial é o benefício previdenciário concedido, nos termos da Lei, àqueles que tenham trabalhado em condições especiais, que prejudiquem a saúde ou a integridade física, sendo que
- (A) o tempo máximo de trabalho necessário à obtenção desse benefício, conforme a atividade desenvolvida, varia de 20 a 30 anos e exige laudo de insalubridade assinado por médico do trabalho ou engenheiro do trabalho registrado no Ministério do Trabalho.
 - (B) são considerados períodos de trabalho sob condições especiais, para fins de aposentadoria especial, os períodos de descanso determinados pela legislação trabalhista, inclusive férias e os de afastamento decorrentes de gozo de benefícios de auxílio-doença, desde que, à época do afastamento, o segurado estivesse exercendo atividade considerada especial.
 - (C) são consideradas condições especiais que prejudicam a saúde ou a integridade física, conforme definido no Regulamento da Previdência Social, aquelas atividades que impliquem exposição a agentes químicos, físicos, biológicos ou condições ergonômicas inadequadas.
 - (D) desde a publicação da Instrução Normativa 113, de abril de 2006, constitui responsabilidade do empregador a elaboração do Perfil Profissional Previdenciário – PPP, de forma individualizada para seus empregados que laborem expostos a agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes insalubres.
 - (E) para a caracterização da nocividade ou das condições especiais que prejudicam a saúde ou a integridade física do trabalhador, exige-se a avaliação quantitativa dos agentes ambientais que deve apontar valores maiores que os respectivos Níveis de Ação.
69. A concessão de aposentadoria especial ao trabalhador dependerá da comprovação, por parte deste, perante o Instituto Nacional do Seguro Social, do tempo de trabalho permanente sob condições especiais. Assim,
- (A) o empregado tem o direito de receber da empresa seu Prontuário Profissiográfico Previdenciário – PPP, que deverá trazer os dados dos levantamentos ambientais realizados, especificação da proteção coletiva ou individual aplicada, bem como os resultados dos exames médicos periódicos.
 - (B) pode ser exigido do empregador a apresentação do Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT, subsidiariamente ao Perfil Profissional Previdenciário – PPP sempre que se mostrar impraticável a avaliação quantitativa dos agentes ambientais.
 - (C) a aceitação ou recusa, por parte do Instituto Nacional do Seguro Social, de laudo relativo a setor de trabalho similar àquele onde trabalhou o reclamante, em substituição ao Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho, é definida pela Perícia.
 - (D) alguns documentos poderão ser aceitos, em substituição ao Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho, como Laudos Técnicos Periciais emitidos por determinação da Justiça do Trabalho, em ações trabalhistas, acordos ou dissídios coletivos.
 - (E) a empresa é obrigada a elaborar, para cada setor de trabalho, individualmente, um Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP que traga informações como a descrição dos fatores de riscos ambientais, medidas de controle e de monitoramento da exposição aos riscos.
70. No âmbito da legislação previdenciária, é correto afirmar, em relação ao acidente de trabalho e à doença do trabalho ou profissional, que
- (A) compreende-se doença profissional como sendo aquela adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente.
 - (B) são fenômenos assemelhados, quanto as suas causas, o acidente típico e a doença profissional, entendida como uma mesopatía desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinado ramo de atividade.
 - (C) não se considera acidente de trabalho aquele ocorrido a serviço da empresa ou ocorrido no trajeto casa-trabalho-casa em veículo ou meio de transporte não custeado pela empresa.
 - (D) a Comunicação de Acidente de Trabalho é considerada de reabertura quando corresponde a reinício de tratamento ou afastamento por agravamento de lesão por acidente de trabalho comunicado ou não à Previdência Social.
 - (E) não são consideradas como doença do trabalho: a doença degenerativa; a inerente a grupo etário e a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.

REDAÇÃO

Leia os textos 1, 2 e 3 para elaborar sua redação.

TEXTO 1

Atualmente, cerca de 76,9% da energia elétrica produzida no Brasil vem de usinas hidrelétricas. De acordo com dados do Governo Federal, hoje existem 37 hidrelétricas no país e o plano é expandir o número. Apesar de produzirem muito menos poluentes que outras fontes de energia e não produzirem dejetos tóxicos ou radioativos, como as usinas nucleares, as hidrelétricas são responsáveis pelo alagamento de grandes áreas, podendo causar impactos socioambientais.

(<http://redeglobo.globo.com>, 03.08.2013. Adaptado)

TEXTO 2

A hidroeletricidade usa a energia da água corrente, sem reduzir sua quantidade, para produzir eletricidade. Portanto, todos os empreendimentos hidrelétricos, de pequeno ou grande porte, a fio d'água ou de armazenamento, enquadram-se no conceito de fonte de energia renovável. As usinas hidrelétricas não produzem poluentes do ar. Muito frequentemente, elas substituem a geração a partir de combustíveis fósseis, reduzindo, assim, a chuva ácida e a fumaça. As instalações hidrelétricas trazem eletricidade, estradas, indústria e comércio para as comunidades de seu entorno, desenvolvendo a economia, ampliando o acesso à saúde e à educação, melhorando a qualidade de vida.

(www.itaipu.gov.br, 14.06.2014. Adaptado)

TEXTO 3

A construção de hidrelétricas e, conseqüentemente, suas barragens e lagos causam diversos impactos sociais e ambientais negativos. As populações são atingidas direta e concretamente através do alagamento de suas propriedades, casas, áreas produtivas e até cidades. Existem também os impactos indiretos como perdas de laços comunitários, separação de comunidades e famílias, destruição de igrejas, capelas e inundação de locais sagrados para comunidades indígenas e tradicionais.

Na área ambiental, o principal impacto costuma ser o alagamento de importantes áreas florestais e o desaparecimento do habitat dos animais. Muitas vezes a hidrelétrica é construída em áreas onde se concentram os últimos remanescentes florestais da região, desmatando e inundando espécies ameaçadas de extinção. Mesmo quando os Estudos de Impacto Ambiental são realizados de forma correta, apontando os verdadeiros impactos gerados por uma hidrelétrica, na maioria das vezes as ações de mitigação desses impactos não chegam a compensar de fato os efeitos negativos. Além disso, cada rio tem características únicas, espécies da fauna e flora próprias, vazões e ciclos particulares. Cada rio tem também diferentes populações morando em seu entorno, com realidades econômicas e sociais variadas.

(www.maternatura.org.br, 14.06.2014. Adaptado)

A partir da reflexão suscitada pelos textos, escreva uma dissertação argumentativa, usando a norma-padrão da língua portuguesa, expressando seu ponto de vista sobre o seguinte tema:

**A CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS:
COMO SOLUCIONAR ESSE PROBLEMA?**

